

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.068 - SP (2019/0013094-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : APARECIDO CONTRERA DIAS JUNIOR
ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO CÂNDIDO LEPE - SP201932
ANDRÉ EDUARDO DE ALMEIDA CONTRERAS - SP189178
EDUARDO ZUANAZZI SADEN - SP332599
THAÍS CONTI COSTA - SP351334
DANIEL AUGUSTO BRAGA JUNQUEIRA - SP320646
AGRAVADO : MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
FABIANA BARBASSA LUCIANO - SP320144
JÚLIA FERNANDES ROFINO DE LIMA - SP345493

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PLEITO DE MAJORAÇÃO. VERBA FIXADA NA ORIGEM EM DESCOMPASSO COM OS PATAMARES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE ESTABELECIDOS PELA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Aparecido Contrera Dias Júnior ajuizou ação de conhecimento em desfavor de MRV Engenharia e Participações S.A., sustentando, em síntese, ter adquirido um imóvel junto à construtora ré, contudo, teve que arcar com o pagamento da taxa de corretagem (assessoria técnico-imobiliária), em contrato de adesão.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido para condenar a ré a restituir ao autor a quantia de R\$ 291,72 (duzentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos), bem como ao pagamento de honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

Interposta apelação pela autora, a Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao inconformismo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 274-276):

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Ação revisional de contrato c.c.

restituição de valores - Majoração Descabimento Verba honorária
fixada de acordo com os parâmetros legais Recurso improvido.

A demandante interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 85, § 8º, do CPC/2015 (art. 20, § 4º, do CPC/1973).

Defendeu a necessidade de majoração dos honorários sucumbenciais, por análise equitativa do magistrado, haja vista o baixo valor da causa.

Contrarrazões apresentadas às fls. 307-318 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidir a Súmula 7/STJ.

Irresignada, a recorrente apresenta agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 319-320 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Em relação ao art. 20, § 4º, do CPC/1973, vigente ao tempo do julgamento da sentença, o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, nas causas de pequeno valor e quando não houver condenação, o juiz não está adstrito aos limites estabelecidos pelo art. 20, § 3º, do CPC/1973, na fixação dos honorários advocatícios, que poderão ser fixados com base no valor da causa ou em montante fixo, dependendo de apreciação equitativa do magistrado.

Como a fixação dos honorários da sucumbência se dá por juízo de equidade, a jurisprudência dominante do STJ entende que esta Corte "não pode, em recurso especial, refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do CPC, levando em conta as alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado a esta Corte, nos termos da Súmula 7 do STJ" (REsp n. 1.358.372/MG, Relatora a Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 13/8/2013, DJe 20/8/2013).

Enfatiza-se que, não obstante o entendimento trazido à baila diga respeito a dispositivo legal do Código de Processo Civil revogado (1973), não houve alteração no ponto com o advento do CPC/2015, que manteve o mesmo regramento, consoante se depreende do cotejo entre os arts. 20, § 3º, do CPC/1973 e 85, § 8º, do CPC/2015, *in verbis*:

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

[...] § 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...] § 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

No caso, o Magistrado de primeiro grau, ao julgar procedente o feito, fixou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, o que corresponde a R\$ 29,17 (vinte e nove reais e dezessete centavos).

Nesse contexto, conclui-se que a referida verba honorária, fixada na origem, é irrisória, impondo-se a sua majoração.

Assim sendo, pautando-se pela razoabilidade e pela proporcionalidade, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e o trabalho realizado pelo advogado da ora recorrida, majoro os honorários advocatícios para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de majorar a verba honorária para R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

